

## Nove meses depois do lançamento do plano, reconstrução de Cabo Delgado continua adiada

- Passam cerca de nove meses após a aprovação do Plano de Reconstrução de Cabo Delgado e no terreno não há obras de recuperação de infra-estruturas públicas destruídas e/ou vandalizadas pelos insurgentes. Nos distritos afectados pelo extremismo violento, apenas em Quissanga notam-se alguns edifícios públicos rehabilitados, como é o caso do Comando Distrital da PRM. Mocímboa da Praia, a vila mais vandalizada, não tem obras dignas de registo. Em Palma, apenas a sede do Partido Frelimo “brilha” no meio dos escombros que sobraram depois do ataque de Março de 2021.



Comando distrital da PRM em Quissanga é dos pouquíssimos edifícios públicos rehabilitados

**E**m Setembro de 2021, o Governo aprovou o Plano de Reconstrução de Cabo Delgado com o objectivo de garantir as condições humanitárias, sociais e económicas com vista a assegurar o retorno seguro das populações deslocadas às suas zonas de origem. São pouco mais de 800 mil pessoas que se viram obrigadas a abandonar as suas casas devido aos ataques dos extremistas violentos, situação que resultou numa das piores crises humanitárias das últimas três décadas.

Além do deslocamento forçado de centenas de milhares de pessoas, o extremismo violento deixou um rasto de destruição de infra-estruturas públicas e privadas nos distritos de Mocímboa da Praia, Palma, Muidumbe, Ibo, Quissanga, Nangade, Macomia, Meluco e Mueda.

Orçado em 300 milhões de dólares, o Plano de Reconstrução de Cabo Delgado apresenta um conjunto de acções estratégicas de curto, médio e longo prazos, que deverão ser implementadas até 2024. O Governo garante que o Plano está em consonância com as normas e práticas internacionais sobre reconstrução pós-conflito, com destaque para a necessidade de assistência aos deslocados e seu retorno às zonas de origem num ambiente de respeito pela dignidade humana e segurança.

O foco do Plano são as zonas recuperadas pelas forças conjuntas de Moçambique, Ruanda e SADC e que necessitam de investimento em infra-estruturas para o restabelecimento dos serviços básicos de saúde, educação, água e saneamento, vias de acesso, telecomunicações, energia, assim como administração pública (secretarias distritais dos órgãos locais do Estado, esquadras, tribunais, procuradorias, conservatórias). O documento apresenta também um enfoque na retoma das actividades económicas que irão propiciar a renda e subsistência para o retorno definitivo da população deslocada às zonas de origem.

Na verdade, a literatura sobre a reconstrução pós-conflito indica que o processo inclui, designadamente: Restauração da segurança interna, incluindo a reintegração de populações deslocadas; Construção de capacidades administrativas e de governação; Construção de infra-estruturas como casas, escolas, mercados, hospitais, estradas e pontes; Restauração do abastecimento de água e electricidade; Reestruturação económica e criação de um ambiente propício à geração de novas fontes de renda e crescimento económico; Garantia do bem-estar social.

Sucede, porém, que passados quase nove meses depois da aprovação do Plano de Reconstrução de Cabo Delgado não estão a decorrer obras nos distritos afectados pelo extremismo violento. As infra-estruturas públicas destruídas/vandalizadas continuam



intactas e no terreno não há nenhuma acção que indique que as obras irão iniciar dentro em breve. Na vila municipal de Mocímboa da Praia, onde o rasto de destruição de infra-estruturas públicas e privadas foi mais intenso,

ainda não são visíveis obras recuperadas no âmbito do Plano de Reconstrução de Cabo Delgado.

Na vila de Quissanga, a primeira a cair nas mãos dos extremistas violentos em Março



de 2020, o Comando Distrital da Polícia da República de Moçambique (PRM) é das poucas infra-estruturas públicas até aqui reabilitados. Em Palma, onde a maioria das pessoas que tinha fugido do conflito já retornou às suas casas, os serviços públicos não estão disponíveis na sua totalidade, tudo porque os edifícios onde funcionam as instituições públicas ainda não foram recuperados. Comando Distrital da PRM, Procuradoria do Distrito, Centro de Saúde, sede do Governo distrital e residências dos dirigentes locais ainda não beneficiaram de obras de reabilitação.

A residência do médico-chefe é das poucas em obras e a sede do Partido Frelimo a única que faz a diferença. Isto é, o Partido no poder já concluiu a reabilitação da sua sede em Palma, na mesma vila o Governo ainda não criou condições para o pleno funcionamento das instituições do Estado. Os três bancos que funcionavam na vila de Palma continuam encerrados, depois do saque de grandes quantias de dinheiro de que foram alvos. Depois do ataque de 24 de Março de 2021, pelo menos 60 milhões de meticais foram roubados nos três bancos (BCI, Millennium Bim e Standard Bank) pelas Forças de Def-

esa e Segurança (FDS)<sup>1</sup>. A falta de serviços bancários é uma das principais queixas das famílias que já retornaram à vila de Palma.

Enquanto as principais infra-estruturas públicas continuam destruídas, as autoridades locais têm estado a pressionar as famílias deslocadas, sobretudo aquelas que têm vínculo com Estado, a regressarem às suas zonas de origem<sup>2</sup>. Algumas administrações distritais, como as da Mocimboa da Praia, Muidumbe e Quissanga, foram ao extremo de ameaçar com medidas punitivas os funcionários públicos que não se apresentassem nos respectivos postos de trabalho<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> <https://www.cartamz.com/index.php/politica/item/9261-sobre-o-roubo-dos-bancos-em-palma-estado-maior-general-das-fadm-manda-prender-tres-oficiais-superiores>

<sup>2</sup> <https://cddmoz.org/governo-reconhece-falta-de-condicoes-para-o-retorno-seguro-das-familias-a-vila-da-mocimboa-da-praia-2/>

<sup>3</sup> <https://cddmoz.org/autoridades-da-mocimboa-da-praia-voltam-a-ameacar-funcionarios-para-regressarem-a-vila-no-dia-15-de-maio-2/>

Face à pressão exercida pelas autoridades locais, as agências humanitárias, a exemplo do Alto Comissariado das Nações Unidas para os

Refugiados (ACNUR), vieram a público alertar que ainda é prematuro incentivar os deslocados a regressarem às zonas de origem, lem-

brando que o retorno das populações deve ser seguro, voluntário e conduzido com dignidade e com base numa decisão informada<sup>4</sup>.

## Implementação do Plano de Reconstrução é gerida a partir de Maputo

Uma das críticas que se faz ao Plano de Reconstrução de Cabo Delgado é a ausência de descentralização da gestão dos recursos e da implementação para as autoridades da província, nomeadamente os órgãos de governação descentralizada provincial. O Governo centralizou todo o processo de reconstrução, colocando o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural a controlar o processo, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS). O Conselho de Ministros coordena a implementação do Plano através dos mecanismos já existentes, sendo que cada sector assegura a implementação no terreno das acções do Plano na sua respectiva área.

Ainda a nível central, a coordenação e articulação com os parceiros (leia-se financiadores do Plano) é feita pelo Ministério da Economia e Finanças em relação a assuntos da área financeira, e pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação para os assuntos relacionados com a cooperação bilateral e multilateral. “O Ministério da Defesa Nacional, através do seu ponto focal, irá articular com os parceiros de cooperação bilaterais e multilaterais sobre aspectos de segurança para assistência humanitária e reconstrução”.

A nível provincial, a coordenação da implementação do Plano é assegurada através de um fórum dirigido pelo Secretário de Estado, em articulação com o Governador. Integram o fórum de coordenação da implementação do Plano os Directores provinciais e Directores dos Serviços de Representação de Estado relevantes para o processo de reconstrução e assistência humanitária; Presidente da Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte (ADIN); Delegado do Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD); representante do Ministério da Defesa Nacional; representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação; e os Administradores dos distritos afectados.

A indicação do Secretário de Estado na província para dirigir o Fórum de coordenação e implementação do Plano de Reconstrução faz parte da estratégia de centralizar a gestão e os recursos a serem injectados pelos doadores. A explicação é simples: o Secretário



de Estado na província presta contas ao Presidente da República, figura que o nomeou e o empossou. Portanto, o Secretário de Estado na província é uma espécie de extensão do Governo central.

O Governador da província não desempenha nenhum papel relevante na implementação do Plano de Reconstrução. Ou seja, a figura eleita pela população de Cabo Delgado em 2019 não está a desempenhar

nenhum papel relevante na reconstrução da província. A estratégia insere-se na lógica do Governo da Frelimo de simular uma descentralização de poder, quando, na verdade, está a centralizar o poder de decisão e de gestão de fundos. Não é do interesse do Governo central que o Plano de Reconstrução seja implementado pelas autoridades locais de Cabo Delgado, pois elas aparecem apenas no segundo plano.

<sup>4</sup> <https://www.cartamz.com/index.php/politica/item/10261-acnur-considera-prematuro-regresso-dos-deslocados-as-suas-aldeias>

O Plano de Reconstrução de Cabo Delgado visa atender a questões específicas da província que têm que ver com a reconstrução de infra-estruturas e do tecido socio-económico profundamente afectado pelo extremismo violento. E esse trabalho deveria ser feito por entidades que têm sensibilidade do ambiente que se vive em Cabo Delgado. Por isso, o CDD defende que a responsabilidade e liderança da implementação do Plano de Reconstrução de Cabo Delgado devem ser confiadas ao Governador da província.



**INFORMAÇÃO EDITORIAL:**

**Propriedade:** CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Editor:** Emídio Beula  
**Autor:** Emídio Beula  
**Equipa Técnica:** Emídio Beula, Dimas Sinoa, Américo Maluana  
**Layout:** CDD

**Contacto:**  
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.  
 Telefone: +258 21 085 797

CDD\_moz  
**E-mail:** info@cddmoz.org  
**Website:** http://www.cddmoz.org

**PARCEIRO PROGRAMÁTICO**



**PARCEIROS DE FINANCIAMENTO**

